

A proposta de Covas para a dívida externa e o crescimento

por José Casado
de Brasília

“Eu quero pagar a dívida externa”, anuncia o senador Mário Covas, um dos mais influentes líderes das facções políticas de esquerda, candidato do PSDB à sucessão do presidente José Sarney, na eleição de novembro.

Covas articulou e comandou a mais ativa coalizão nacionalista da esquerda na Constituinte, que resultou entre outras coisas obrigatoriedade constitucional de uma auditoria na dívida externa, lançando suspeição sobre a legitimidade de quase 300 mil contratos assinados pelo País com mais de setecentas instituições financeiras internacionais, nos últimos vinte anos.

A Constituição prevê que uma comissão especial, no Congresso, tem prazo até 5 de outubro para dizer se reconhece ou não como legítimos tais contratos. Há duas semanas essa comissão começou a funcionar.

O problema — diz o candidato Covas — “é que não existe segurança sequer sobre o real montante da nossa dívida”. Mas não se pode fugir à realidade, acrescenta: “Negar que houve empréstimos é negar o óbvio”.

Nessa postura política moderada, que o coloca mais próximo das forças políticas de centro quando comparado a outros três legítimos candidatos de es-

querda (Leonel Brizola, do PDT; Luiz Ignácio Lula da Silva, do PT; e Roberto Freire, do PCB), Covas entende que a única alternativa viável para o sucessor de Sarney é mudar totalmente as bases de negociação com os credores externos.

“A política mais conciliatória com os credores do País foi feita pelo atual ministro da Fazenda, Mailson

Ferreira da Nóbrega, e resultou em US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões em novos empréstimos. Acontece que isso virou pó logo a seguir, com a alta de 1% nos juros internacionais”, argumenta.

Qualquer projeto de retomada do desenvolvimento — “base para o programa de governo de qualquer candidato em novembro” — tem de ter como epicen-

tro a questão da dívida, considera Covas. “E para mudar a forma de negociação, temos de avançar, de imediato, para o estímulo à formação de grupo de devedores, partir mesmo para a solução política e global. Não há outra saída.”

Criar esse fato político, imagina Covas, é fundamental: “Criaria uma ampla repercussão que se somaria às pressões das elites dentro dos países credores e viabilizaria, mais rapidamente, a idéia da montagem de uma agência multinacional para a redução das dívidas externas de países como o Brasil. Essa agência seria o interlocutor adequado para a nova negociação”.

O centro do seu raciocínio é o de que “todos os fatos registrados desde a quebra do México, em 1982, incluindo o recente Plano Brady, indicam que nada, absolutamente nada, deverá mudar na concepção tradicional de negociação da dívida externa: a premissa é de que os devedores devem fazer um ajuste interno para poder criar condições de pagamento da dívida”.

Acrescenta: “O ajuste interno é necessário, é um fato. Mas ele não pode ser a premissa de um programa de desenvolvimento. Já perdemos uma década inteira, pagamos muito e nada aconteceu para mudar a direção, o rumo. A crise é permanente e o ajuste também. O nosso superávit comercial que sustenta os pagamentos da dívida, cresceu nesses anos todos em razão do déficit norte-americano. Não podemos continuar nessa dependência”.

“Então, queremos pagar a dívida, mas com redução de fato e em condições objetivas que viabilizem a real retomada do crescimento. Pagar não é o problema: há dez anos terminamos de pagar a dívida de 2 milhões de libras esterlinas que Portugal tinha com a Inglaterra e nos repassou, assumimos essa dívida como condição para que a Inglaterra, cem anos atrás, reconhecesse nossa independência. Então, podemos pagar outras dívidas, mas de forma adequada aos nossos interesses.”

Numa reunião da Comissão de Finanças, ontem, Covas passou um bom pedaço de tempo discutindo com o senador Roberto Campos (PDS-MS) os rumos do crescimento econômico, segundo o seu programa de governo.

Campos, um influente líder das facções de direita, árduo defensor do plano liberalismo econômico, acha que a dívida externa não tem a importância que Covas atribui no contexto do planejamento do desenvolvimento do País. “É fantasia, retórica de palanque”, reagiu, a determinada altura do debate. Mais tarde, retirou-se.

Sem alguém para lhe fazer um contraponto no debate, Covas avançou na defesa de uma abertura seletiva da economia ao capital estrangeiro e de um “prêmio” às empresas de capital privado nacional para que possam competir, interna e externamente, em igualdade de condições com as multinacionais.

E, então, produziu uma autocrítica: “A responsabilidade final por crises como essa que temos da dívida externa é das elites que comandam este país. Somos fruto de uma cultura autoritária. Trabalhamos, sempre, com a crença de que o ‘salvador da pátria virá’ um dia. Chegou a hora de mudarmos isso, de fazermos uma nação de cidadãos com iniciativa política sobre o seu destino”.